



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



RELATÓRIO DE AUDITORIA

1. IDENTIFICAÇÃO	
Nº do Processo	TRT7 PROAD 4042/2018
Nº da Ordem de Serviço	TRT7.SCI.SCGOF Nº 14/2018
Objeto da Auditoria	Verificar a execução física e financeira deste Tribunal, em especial quanto à ação orçamentária "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho", no período acumulado de janeiro a junho de 2018.
Unidade Auditada	Diretoria-Geral/ Divisão de Orçamento e Finanças
Seção Responsável pela Auditoria	Seção de Controle de Gestão Orçamentária e Financeira - SCGOF

1. Introdução:

1.1. O presente Relatório apresenta os resultados da ação de controle de auditoria realizada em cumprimento ao contido na Ordem de Serviço em epígrafe, com o objetivo de verificar a execução física e financeira deste Regional, mormente quanto à ação orçamentária "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho", realizada à conta dos recursos consignados a este Tribunal no exercício de 2018 oriundos do orçamento da União, [Lei nº 13.587, de 2/1/2018](#), bem como de provisões e de destaques, conforme previsto no Plano Anual de Auditoria (PAA/2018).

1.2. Os procedimentos de auditoria serão aplicados sobre as informações coletadas no SIAFI no período de janeiro a junho/ 2018.

2. Escopo:

2.1. O exame de conformidade contemplou, além da estrutura de controles internos administrativos, os seguintes Assuntos/ Pontos de Controle: 1) Créditos orçamentários iniciais disponibilizados na LOA; 1.1) Análise dos créditos orçamentários iniciais; 2) Créditos adicionais, provisões e destaques recebidos; 2.1) Créditos adicionais; 2.2) Créditos provenientes de provisão; 2.3) Créditos provenientes de destaques; 3) Execução dos recursos disponibilizados; 3.1) Identificação dos recursos insuficientes para atendimento de sua finalidade; 3.2) Execução atrasada em relação ao calendário; e 3.3) Análise da execução física e financeira realizada.

2.2. Os procedimentos de auditoria tomaram por base os recursos consignados a este Tribunal, no exercício de 2018, oriundos do orçamento da União (LOA), bem como as informações coletadas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, no período de janeiro a junho/2018.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



3. Resultados dos Exames:

3.1. O resultado dos exames realizados encontra-se registrado no título “Constatações” e “Informações” deste Relatório de Auditoria juntamente com as respectivas recomendações para aprimoramento do procedimento.

3.2. Durante os procedimentos de auditoria os fatos apurados, sujeitos a registro em relatório, foram levados ao conhecimento da unidade auditada por meio do Despacho TRT7.SCI GAB Nº 91/2018 (Doc. nº 8 – PROAD), para manifestação prévia, com o fito de agregar à análise elementos que pudessem alterar as conclusões/constatações ou justificar a prática dos atos ou fatos apontados. A manifestação colhida junto às unidades envolvidas integra o presente relatório.

II. CONSTATAÇÕES

Assunto/ Ponto de Controle: Análise dos créditos orçamentários iniciais disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA)

Dados da Constatação

Nº. 01

Fato:

A Lei nº 13.587, de 2/1/2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) disponibilizou para este Tribunal a dotação inicial no valor de R\$419.502.924,00 vinculando-a ao programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União e ao programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista, nas seguintes ações orçamentárias:

Quadro 1: Dotação inicial (LOA)

Programa/Ação	Valor R\$
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	93.281.598,00
Aposentadorias e Pensões Civis da União	93.281.598,00
Prestação Jurisdicional Trabalhista	326.221.326,00
Pessoal Ativo da União	218.894.355,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	7.727.100,00
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	13.414.884,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	1.284.000,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	3.992.490,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	46.885.862,00
Comunicação e Divulgação Institucional	300.000,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará	33.722.635,00
T O T A L	419.502.924,00

Fonte: LOA (Lei Orçamentária Anual) e SIAFI



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



Observou-se que, a partir de 2018, as ações Assistência Pré-Escolar, Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Auxílio-Alimentação e Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade passaram a ser planos orçamentários integrantes da Ação Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.

A permanência da maioria dos programas/ações/atividades no período de 2015 a 2017 permitiu a comparação do orçamento disponibilizado pela LOA entre os exercícios financeiros, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Dotação inicial no período 2016/2018

Programa/Ação/Atividade	2016	2017	2018	% 2018 em relação 2017
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	79.810.000,00	75.134.000,00	93.281.598,00	24,15%
Aposentadorias e Pensões Civis da União	79.810.000,00	75.134.000,00	93.281.598,00	24,15%
Prestação Jurisdicional Trabalhista	282.586.545,00	281.891.439,00	326.221.326,00	15,73%
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	37.463.137,00	34.731.338,00	46.885.862,00	35,00%
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	850.000,00	1.200.000,00	1.284.000,00	7,00%
Pessoal Ativo da União	201.612.524,00	190.060.563,00	218.894.355,00	15,17%
Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis	193.656,00	193.656,00	193.656,00	0,00%
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados	1.651.032,00	1.979.568,00	2.078.448,00	5,00%
Auxílio-Transporte de Civis	42.000,00	46.524,00	47.496,00	2,09%
Auxílio-Alimentação de Civis	10.038.636,00	11.074.752,00	11.095.284,00	0,19%
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	7.236.900,00	7.727.100,00	7.727.100,00	0,00%
Comunicação e Divulgação Institucional	435.360,00	342.611,00	300.000,00	-12,44%
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	3.971.914,00*	3.856.775,00	3.992.490,00	3,52%
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado do Ceará	23.010.767,00	30.678.552,00	33.722.635,00	9,92%
T O T A L	362.396.545,00	357.025.439,00	419.502.924,00	17,50%

Fonte: LOA (Lei Orçamentária Anual) e SIAFI

*Cumprir consignar, no que tange à Ação “Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos”, que, em 2016, do valor total autorizado de R\$3.971.914,00, R\$52.533,00 foram contemplados na LOA e o restante (R\$3.919.381,00) foi movido mediante abertura de crédito extraordinário.

Conforme demonstrado no quadro acima, percebe-se que, de 2017 (R\$357.025.439,00) a 2018 (R\$419.502.924,00), houve um acréscimo de 17,5% (dezessete e meio por cento) no orçamento total disponibilizado, com maior relevância para os créditos destinados às ações Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o RPPS (35%), Aposentadorias e Pensões Civis da União (24,15%) e Pessoal Ativo da União (15,17%).

A ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes e o Plano Orçamentário Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis foram contemplados com o mesmo valor do orçamento do exercício anterior. À exceção da ação Comunicação e Divulgação Institucional, que teve uma redução de 12,44%, os demais (Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Transporte e Assistência Pré-escolar, Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



e Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado do Ceará) também receberam incremento orçamentário.

Desde 2014 a ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho vem sendo segregada em quatro planos orçamentários: PO: 0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas; PO: 0002 – Capacitação de Recursos Humanos; PO: 0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; e PO: 0006 – Trabalho Seguro. Em 2016 e 2018, foram inseridos novos planos orçamentários, respectivamente, PO: 0007 – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem e PO: 0001 – Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação.

Os recursos referentes aos planos orçamentários acima foram disponibilizados pela LOA, conforme demonstrado a seguir, à exceção dos planos 0006 – Trabalho Seguro e 0007 – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, detalhados no quadro 4.

Quadro 3: Dotação inicial da Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – No Estado do Ceará

Ação/Plano Orçamentário		2016	2017	2018
Código	Descrição	(R\$)	(R\$)	(R\$)
4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – No Estado do Ceará	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas (PO0000)	21.909.690,00	29.454.944,00	30.598.579,00
	Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação (PO0001)	0,00	0,00	1.630.699,00
	Capacitação de Recursos Humanos (PO0002)	782.129,00	734.165,00	910.013,00
	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (PO0005)	318.948,00	489.443,00	583.344,00
	T O T A L	23.010.767,00	30.678.552,00	33.722.635,00

Fonte: SIAFI

Foram recebidos recursos, mediante descentralização interna, vinculados ao Programa 0571 – Prestação Jurisdicional Trabalhista, no montante de R\$1.483.958,70, assim distribuídos:

Quadro 4: Descentralizações internas recebidas

Ação/Plano Orçamentário		Valor R\$
Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação		1.419.358,70
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	PO 0006 – Trabalho Seguro	24.000,00
	PO 0007 – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	24.000,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – Nacional – Requisições de Pequeno Valor		16.600,00
T O T A L		1.483.958,70

Fonte: SIAFI

Foram recebidos, mediante descentralização externa, créditos no valor de R\$8.173.971,00 para atender ao Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, a saber:

Quadro 5: Descentralizações externas recebidas

Ação	Valor R\$
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – No Estado do Ceará – Precatórios	995.555,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – Na Região Nordeste – Precatórios	43.371,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – Nacional – Precatórios	7.135.045,00



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



TOTAL	8.173.971,00
--------------	---------------------

Fonte: SIAFI

Execução dos recursos disponibilizados

Conforme previsto no Plano Anual de Auditoria, analisamos a execução física e financeira realizada com os recursos disponibilizados para este TRT, em especial quanto à ação orçamentária "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho", no período acumulado de janeiro a junho de 2018, pela representatividade em termos de valores disponibilizados, excluídos pessoal e benefícios.

Nessa linha, contemplou-se a despesa realizada, segregando-a em dois blocos, o primeiro alinhado ao Indicador nº 2 do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRT da 7ª Região para o período 2015-2020, denominado Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD), e o segundo com ações/planos orçamentários não alcançados pelo referido índice.

Conforme Plano Estratégico Institucional do TRT da 7ª Região 2015-2020 (Revisão 1.2018), a meta para o IEOD (Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado) é de finalizar a execução, em 2018, com 68,54% da despesa liquidada. Para essa meta, a execução ótima, no período de janeiro a junho, corresponderia a 34,27% $(= (68,54\% * 6) / 12)$.

Quadro 6: Despesa realizada IEOD até junho/2018

Descrição da Ação/Plano Orçamentário		Dotação Autorizada R\$ (a)	Empenhado R\$ (b)	Liquidado R\$ (c)	% (c/a)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	PO: 0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas	30.598.579,00	20.471.749,68	7.443.984,44	24,33
	PO: 0001 – Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação	1.630.699,00	1.331.611,21	592.469,62	36,33
	PO: 0002 – Capacitação de Recursos Humanos	910.013,00	600.250,84	252.925,66	27,79
	PO: 0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	583.344,00	300.999,00	167.995,27	28,80
Comunicação e Divulgação Institucional		300.000,00	252.887,97	119.420,24	39,81
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos		3.992.490,00	3.992.490,00	1.996.244,88	50,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes		1.284.000,00	699.092,80	650.071,88	50,63
TOTAL		39.299.125,00	27.649.081,50	11.223.111,99	28,56

Fonte: SIAFI

Verificou-se que a média da despesa liquidada, no período de janeiro a junho/2018, das ações contempladas no cálculo do IEOD detalhadas no quadro retro, representou **28,56%** dos recursos autorizados, inferiores em 5,71 pontos percentuais à execução orçamentária projetada para o período (34,27%), merecendo atenção os planos orçamentários: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas (PO: 0000), Capacitação de Recursos Humanos (PO: 0002) e Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (PO: 0005).

Ao revés, as ações “Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos” e “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes” apresentaram índice de liquidação de 50% e 50,63%, respectivamente, da dotação autorizada, portanto, acima do percentual esperado.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



Cumpra consignar, em relação ao plano orçamentário “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas”, contemplado no cálculo do IEOD, cujo índice de liquidação no período de janeiro a junho foi de **24,33%** dos recursos autorizados, portanto, 9,94 pontos percentuais inferior à execução orçamentária projetada para o período (34,27%), que referido plano orçamentário apresentou percentual de liquidação nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 de 76,59%, 83,28% e 80,82%, respectivamente, da dotação autorizada, requestando da administração a implementação de ações visando otimizar o percentual de execução.

O segundo bloco de ações não alcançado pelo índice IEOD apresentou os seguintes números na execução, ressaltando que o percentual ótimo de execução deverá ser adjacente a 50%, fração de 6/12, correspondente ao período de janeiro a junho/2018:

Quadro 7: Despesa realizada dos programas não alcançados pelo IEOD

Descrição da Ação/Plano Orçamentário		Dotação Autorizada (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	% (c/a)
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	PO: 0001 – Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores	2.078.448,00	2.078.448,00	1.009.022,74	48,55
	PO: 0003 – Auxílio Transporte aos Servidores	47.496,00	47.496,00	26.153,11	55,06
	PO: 0005 – Auxílio-Alimentação aos Servidores	11.095.284,00	11.095.284,00	5.476.738,35	49,36
	PO: 0009 – Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis	193.656,00	61.051,48	50.582,66	26,12
Pessoal Ativo da União		218.894.355,00	215.157.781,34	112.278.304,20	51,29
Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais		43.471.248,00	38.005.457,68	18.691.449,37	43,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes		7.727.100,00	7.727.100,00	3.793.042,81	49,09
Aposentadorias e Pensões Civis da União		93.281.598,00	92.638.554,78	47.506.620,44	50,93
T O T A L		376.789.185,00	366.811.173,28	188.831.913,68	50,12

Fonte: SIAFI

Observou-se que há proximidade e consistência da execução na totalidade das ações (50,12%), em relação ao que se definiu como ideal (50%).

Conforme demonstrado no quadro acima, dos R\$376.789.185,00 disponibilizados, R\$218.894.355,00 (58,09%) foram consignados à Ação “Pessoal Ativo da União”, R\$93.281.598,00 (24,76%) à Ação “Aposentadorias e Pensões Civis da União”, R\$43.471.248,00 (11,54%) à Ação “Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais”, o que equivale a 94,39% do orçamento autorizado. No que pertine à última ação, houve redução de R\$3.414.614,00 da dotação disponibilizada, cf. Portaria SOF/MPOG 1.781, de 19/2/2018.

a) Descentralizações Internas

Por último, o quadro a seguir reflete a execução das descentralizações internas no período:

Quadro 8: Despesa realizada – Descentralizações internas

Descrição da Ação/Plano Orçamentário		Dotação Autorizada R\$ (a)	Empenhado R\$ (b)	Liquidado R\$ (c)	% (c/a)	% (b/a)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	PO 0006 – Trabalho Seguro	24.000,00	14.000,00	6.542,84	27,26	58,33
	PO 0007 – Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem	24.000,00	12.000,00	12.000,00	50,00	50,00



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	1.419.358,70	757.983,70	13.090,50	0,92	53,40
TOTAL	1.467.358,70	783.983,70	31.633,34	2,16	53,43

Fonte: SIAFI

Percebe-se da análise do quadro retro que as descentralizações internas recebidas referentes às ações “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Trabalho Seguro” e “Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação” apresentaram baixo percentual de liquidação. Contudo, o percentual de dotação empenhada das referidas ações foi de 50% e 53,40%, respectivamente, em relação ao recurso autorizado.

Impende registrar que a ação “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Programa Trabalho Seguro” vem apresentando uma queda de desempenho ao longo dos exercícios anteriores, uma vez que em 2015 o percentual de despesa realizada no fim do exercício foi de 65,73% e, em dezembro de 2016 e de 2017, houve uma redução para 36,41% e 31,58%, portanto, requerendo especial atenção com vistas a otimizar o índice de execução.

b) Descentralizações Externas

Quadro 9: Despesa realizada – Descentralizações externas

Descrição do Programa/Ação	Dotação Autorizada R\$ (a)	Empenhado R\$ (b)	Liquidado R\$ (c)	% (c/a)
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – No Estado do Ceará – Precatórios	995.555,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – Na Região Nordeste – Precatórios	43.371,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – Nacional – Precatórios	7.135.045,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado – Nacional – Requisições de Pequeno Valor	16.600,00	16.572,09	16.572,09	99,83
TOTAL	8.190.571,00	16.572,09	16.572,09	0,20%

Fonte: SIAFI

Conforme quadro acima, constata-se que, até junho de 2018, houve um baixo percentual de realização das despesas relacionadas ao cumprimento de sentenças judiciais.

Cumpra destacar, ainda, a execução financeira de despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados em 31/12/2017, no montante de R\$8.208.824,89 (SIAFI, conta 5.3.1.1.0.00.00) relativos ao exercício de 2017 e as reinscrições de exercícios anteriores no valor de R\$2.152.795,95. Até junho de 2018, foram pagos R\$2.852.523,05 (SIAFI, conta 6.3.1.4.0.00.00) e cancelados R\$127.403,15 (SIAFI, conta 6.3.1.9.0.00.00).

No quadro abaixo apresentamos as metas físicas programadas e executadas de acordo com os dados inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP), no período de janeiro a junho do corrente ano.

Quadro 10: Metas físicas programadas x executadas

Ação/Plano Orçamentário		Unidade de Medida	Meta LOA	Execução da Meta	
Código	Descrição			Meta Realizada	% de Realização
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas (PO: 0000)	Processo julgado	79.840	37.244	46,65



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



	Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação (PO: 0001)	Sistema mantido	2	2	100
	Capacitação de Recursos Humanos (PO: 0002)	Servidor capacitado	600	490	82
Ação/Plano Orçamentário				Execução da Meta	
Código	Descrição	Unidade de Medida	Meta LOA	Meta Realizada	% de Realização
4256	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (PO: 0005)	Magistrado capacitado	83	71	86
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	Pessoa assistida	1.850	1.053	56,92
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	Pessoa beneficiada	2.995	3.095	103
212B	Assistência Pré-escolar aos Dependentes de Servidores Civis e de Empregados (PO: 0001)	Pessoa beneficiada	248	281	113
	Auxílio Transporte de Civis (PO: 0003)	Pessoa beneficiada	28	28	100
	Auxílio Alimentação de Civis (PO: 0005)	Pessoa beneficiada	1.046	1.048	100
2549	Comunicação e Divulgação Institucional	Matéria veiculada	869	542	62,37
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio Moradia a Agentes Públicos	Agente público beneficiado	76	76	100

Fonte: SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Observa-se que, até junho/2018, das onze ações/planos orçamentários com metas físicas programadas, quatro alcançaram percentuais de cem por cento e duas ações: “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes” e “Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores, Empregados e Militares” apresentaram execução física de 103% e 113%, respectivamente, e os planos orçamentários “Capacitação de Recursos Humanos” e “Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados” também apresentaram índice elevado de execução da meta física de 82% e 86%, respectivamente.

A ação 4256, que concentra as principais despesas de custeio e de capital, recebeu o montante de R\$33.770.635,00, do qual 25,10% foi liquidado até junho/2018 para viabilizar a aquisição de bens e serviços, em especial os destinados ao aparelhamento e incremento da área tecnológica e aquisição de material de consumo, pagamento de diárias e passagens, locação de imóveis e de mão de obra, indenização de transporte, capacitação de recursos humanos, formação e aperfeiçoamento de magistrados, limpeza e conservação, vigilância ostensiva, serviço de energia elétrica, serviço de água e esgoto, serviço de comunicação em geral e manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, bem como investimentos em instalações e aquisição de equipamentos e mobiliário em geral. Destaque-se que do total da despesa liquidada (R\$8.475.917,83) nesta ação, 98,02% (R\$8.308.267,29) destinou-se à liquidação de despesas de custeio e 1,98% (R\$167.650,54) de despesas de capital (serviços de tecnologia da informação e comunicação, obras e instalações e equipamentos e material permanente).

A destinação às despesas de custeio da ação 4256 é demonstrada no quadro abaixo:

Quadro 11: Despesas de Custeio e de Capital – Ação 4256 Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Grupo da Despesa	Orçamento Autorizado (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	Despesa Liquidada (R\$)	Despesa Paga (R\$)	% Despesa Liquidada (1)
3 - Outras Despesas Correntes	32.074.428,00	22.414.278,36	8.308.267,29	7.980.673,95	-
14 - Diárias	795.000,00	795.000,00	419.539,00	415.179,85	5,05%



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



30 - Material de Consumo	500.000,00	373.376,78	209.536,10	165.883,03	2,52%
33 - Passagens	514.000,00	514.000,00	200.767,16	200.767,16	2,42%
36 - Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.954.483,00	2.373.964,34	1.177.041,00	1.174.315,50	14,17%
Estagiários	-	2.194.483,00	1.074.738,59	1.074.738,59	12,94%
Outros	-	179.481,30	102.302,40	102.302,40	1,23%
37 - Locação de Mão-de-Obra	11.881.007,00	8.245.532,98	2.429.513,46	2.196.193,65	29,24%
Limpeza e Conservação	-	2.183.669,75	510.294,56	294.618,38	6,14%
Vigilância Ostensiva	-	4.816.156,32	1.580.220,44	1.580.220,44	19,02%
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	805.039,63	260.506,91	260.506,91	3,14%
Outros	-	440.667,28	78.491,55	60.847,92	0,94%
39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.668.743,38	6.031.045,60	2.122.345,83	2.093.882,46	25,54%
Locação de Imóveis	-	232.600,00	103.800,00	94.800,00	1,25%
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	-	646.938,25	138.658,41	138.658,41	1,67%
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	-	425.787,46	182.054,52	181.676,69	2,19%
Energia Elétrica	-	2.641.000,00	925.958,78	925.958,78	11,15%
Água e Esgoto	-	366.480,00	115.377,53	96.291,99	1,39%
Serviço de Comunicação em Geral	-	958.559,08	307.046,82	307.046,82	3,70%
Serviço de Seleção e Treinamento	-	91.103,00	73.999,00	73.999,00	0,89%
Serviços Técnicos Profissionais	-	194.967,96	85.099,40	85.099,40	1,02%
Serviço de Seleção e Treinamento	-	91.103,00	73.999,00	73.999,00	0,89%
Serviços de Telecomunicações	-	130.708,96	49.290,49	49.290,49	0,59%
Demais Serviços	-	251.797,89	67.061,88	67.061,88	0,81%
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	3.110.763,85	2.515.830,46	1.075.435,29	1.060.362,85	12,94%
Manutenção Corretiva/ Adaptativa e Sustentação Softwares	-	931.088,30	389.818,54	374.746,10	4,69%
Manutenção e Conservação de Equipamentos de TIC	-	477.174,50	211.981,00	211.981,00	2,55%
Comunicação de Dados e Redes em Geral	-	958.148,98	466.966,14	466.966,14	5,62%
Outros	-	149.418,70	6.669,61	6.669,61	0,08%
49 – Auxílio-Transporte	192.339,12	192.339,12	79.604,20	79.604,20	0,96%
93 – Indenizações e Restituições	1.215.000,00	1.194.600,00	455.339,64	455.339,64	5,48%
Indenização de Transporte – Pessoal Civil	-	1.128.000,00	429.377,95	429.377,95	5,17%
Outros	-	66.600,00	25.961,69	25.961,69	0,31%
Demais Despesas Correntes	243.091,65	178.589,08	139.145,61	139.145,61	1,67%
4 - Despesas de Capital	1.696.207,00	316.332,37	167.650,54	86.050,54	-
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	410.876,00	279.034,80	156.062,97	74.462,97	93,09%
51 – Obras e Instalações	50.000,00	11.000,00	0,00	0,00	-
52 - Equipamentos e Material Permanente	1.235.331,00	26.297,57	11.587,57	11.587,57	6,91%
TOTAL GERAL	33.770.635,00	22.730.610,73	8.475.917,83	8.066.724,49	-

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

(1) – Percentual apurado da despesa liquidada em relação ao total da despesa liquidada no grupo.

Constata-se, da análise do quadro, que, dentre as despesas de custeio, a locação de mão de obra representa a maior fatia de dotação autorizada, correspondente a R\$11.881.007,00, com



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



percentual aproximado de 37,04% do total das despesas correntes (R\$32.074.428,00). O item “Vigilância Ostensiva” representa a maior despesa executada pelo Tribunal com percentual de 19,02% (R\$1.580.220,44), tendo sido empenhado com esse objeto 21,49% (R\$4.816.156,32) do total da despesa empenhada de custeio (R\$22.414.278,36).

Após a despesa com vigilância ostensiva, estão as despesas com estagiários e energia elétrica, apresentando percentuais de liquidação, respectivamente, de 12,94% (R\$1.074.738,59) e 11,15% (R\$925.958,78), em relação ao total liquidado da despesa de custeio (R\$8.308.267,29).

As demais despesas de custeio apresentaram percentuais inferiores a 10%.

Quanto às despesas de capital, foram destinados apenas 5,02% (R\$1.696.207,00) do total de recursos autorizados (R\$33.770.635,00) para a ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

Registre-se, outrossim, em relação às despesas com diárias e passagens que, em consulta ao SIAFI, constatou-se que em comparação ao ano de 2017 os recursos destinados ao pagamento de diárias e passagens por essa ação sofreram aumento de 19,37%, no período de janeiro-junho, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 12: Diárias e passagens pagas de janeiro a junho

Mês Lançamento	Valores Pagos 2018 (R\$)	Valores Pagos 2017 (R\$)	% 2018 em relação 2017
Janeiro	14.546,92	26.110,49	(44,29)
Fevereiro	51.325,30	63.318,17	(18,94)
Março	144.961,78	85.316,19	69,91
Abril	119.552,40	62.534,29	91,18
Maiο	155.643,82	128.964,01	20,69
Junho	129.916,79	149.737,30	(13,24)
T O T A L	615.947,01	515.980,45	19,37

Fonte: SIAFI

Por fim, registre-se que nenhuma parcela das despesas referentes à ação 4256 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho foi realizada sob o regime de adiantamento, isto é, suprimento de fundos, com o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), regulamentado neste Tribunal por meio do Ato nº 138/2008, alterado pelos Atos nos 174/2009 e 142/2010.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



Justificativa da unidade auditada:

Membro da Comissão de Apoio a Gestão Regional do Programa Trabalho Seguro

“De ordem do Desembargador Francisco José Gomes da Silva, gestor regional do Programa Trabalho Seguro, vimos prestar as informações solicitadas através de e-mail datado do dia 23 de agosto do corrente ano, sobre a execução das despesas referentes ao Programa Trabalho Seguro.

Inicialmente, o Programa Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho é uma iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

Desse modo, o principal objetivo do programa é contribuir para a diminuição do número de acidentes de trabalho registrados no Brasil nos últimos anos.

O orçamento anual do Programa é decidido pelas Ministras Coordenadoras dos Programas e pelo Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Saliente-se que o Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro delibera pela divisão dos recursos orçamentários em razão do porte de cada TRT conforme Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2012, alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 18/2016 do CSJT.

Dessa forma, a gestão regional não possui nenhuma ingerência sobre os valores destinados ao Programa.

No ano de 2016 a dotação inicial do Programa Trabalho Seguro foi no valor de R\$8.000,00(oito mil reais) os quais foram devidamente utilizados.

Em 2017, foi destinada verba no valor de R\$58.000,00(cinquenta e oito mil reais) os quais somente foram utilizados R\$18.313,57 (dezoito mil trezentos e treze reais e cinquenta e sete centavos) posto que a segunda parte da dotação foi encaminhada após o dia 20 de dezembro, inviabilizando sua utilização.

No ano de 2018, a dotação recebida por provisão foi no valor de R\$24.000,00(vinte e quatro mil reais), valores empenhados de R\$14.791,84 (catorze mil setecentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos) restando disponível crédito de R\$9.208,16 (nove mil duzentos e oito reais e dezesseis centavos) os quais ainda serão gastos até o final do ano nas diversas ações do programa (diárias, materiais de divulgação etc.)

Na oportunidade, sugerimos solicitar à Divisão de Orçamento e Finanças relatório atualizado das provisões recebidas e das despesas efetuadas pelo Programa Trabalho Seguro dos últimos 3 anos, uma vez que a gestão regional não possui dados suficientes para prestar as informações solicitadas.

PTRES	Mês Lançamento	DOTACAO SUPLEMETAR	PROVISAO RECEBIDA	CREDITO DISPONIVEL	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP	RP CANCELADOS (PROC EN PROC)	RP PAGOS (PROC EN PROC)
084852	AGO/2018	-	24.000,00	0,00	24.000,00	18.142,75	18.142,75	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



	DEZ/2017	-	58.000,00	39.686,43	18.313,57	18.313,57	18.313,57	-	-	-
107203	DEZ/2017	-	-	-	-	-	-	-	-	3.540,00
	DEZ/2016	8.000,00	-	1.547,35	6.452,65	2.912,65	2.912,65	3.540,00	3.390,00	75.416,50
	DEZ/2015	230.000,00	-	6,04	229.993,96	151.187,46	151.187,46	78.806,50	230.000,00	-

Divisão Executiva da Escola Judicial

Em atenção à solicitação do Ilmo. Sr. Fabiano Rêgo de Sousa, Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças deste Tribunal, no que tange aos dados referidos no quadro 6 da folha de contatação objeto da Ordem de Serviço TRT7.SCI.SCGOF Nº 14/2018, esta Escola Judicial tem a informar o que se segue:

A baixa execução dos planos orçamentários sob responsabilidade deste unidade, PO: 0002 – Capacitação de Recursos Humanos e PO: 0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho se deveu a alguns adiamentos da programação regular do primeiro semestre de 2018, em razão da utilização da força de trabalho desta unidade nos preparativos e execução do Congresso Luso-Brasileiro de Direito do Trabalho, realizado nos dias 10 e 11 de maio de 2018.

Destaco que apesar da execução estar inferior ao pretendido para os primeiro semestre de 2018 não haverá impacto na execução anual em razão das inúmeras atividades formativas planejadas para o segundo semestre de 2018, em especial a Semana de Formação Continuada de Magistrados, que será realizada de 21 a 23 de novembro de 2018.

Divisão de Orçamento e Finanças

Conforme delineado pela Secretaria de Controle Interno, as ações orçamentárias “Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos” e “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes” apresentaram índice de liquidação satisfatório de 50% e 50,63%, respectivamente, da dotação autorizada, no período de janeiro a junho/2018. Nesta esteira, as ações de benefícios obrigatórios (não alcançados pelo IEOD) alcançaram um índice de execução próximo de 50%, neste mesmo período, o que é de se esperar, por se tratar de despesas pagas continuamente, sem estarem submetidas ao processo de licitação e contratação pública.

Por seu turno, vale destacar que a liquidação das despesas compreendidas na ação orçamentária de "Apreciação de causas" se submetem ao processo licitatório, por regra, o que dificulta sua execução ao longo do exercício de forma estritamente linear, como registrado na folha de constatação.

De fato, conforme quadro demonstrativo abaixo, a execução das despesas não se realizou desse modo, em virtude da complexidade e peculiaridade que envolve alguns processos administrativos.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



Plano Orçamentário / Mês Lançamento	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS - APRECIÇÃO DE CAUSAS - EXERCÍCIO 2018								% até jul/18
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL		
0000	Apreciação de causas na justiça do trabalho - despesas diversas	30.598.579	43.513	878.214	2.406.239	3.644.989	5.611.069	7.443.984	9.369.776	31%
0001	Manutenção e gestão dos serviços e sistemas de tecnologia da informação	1.630.699	12.425	115.839	189.942	338.688	475.366	592.470	726.163	45%
0002	Capacitação de recursos humanos	910.013		9.632	46.836	133.698	201.953	252.926	299.337	33%
0005	Formação e aperfeiçoamento de magistrados	583.344	500	8.715	40.403	71.032	132.527	167.995	193.658	33%
TOTAL		33.722.635	56.438	1.012.400	2.683.420	4.188.407	6.420.915	8.457.375	10.588.934	31%

A título de exemplo, esta Divisão encaminhou em julho/18 relação contendo 13 contratações cujos valores empenhados totalizavam R\$ 366mil ("Apreciação de causas"), que se encontravam há mais de 3 meses com baixa execução da despesa orçamentária (abaixo de R\$ 1mil). Instados a se manifestarem, os gestores dos contratos apresentaram diversos esclarecimentos acerca do cronograma de cada contratação, conforme documentos encaminhados - via pedido complementar.

Por fim, é oportuno registrar que a ausência de um plano anual de contratações de bens e serviços, previsto na Resolução TRT7 nº 200/2014, e já recomendado pela SCI (O.S. nº 13/2017) prejudica sobremaneira uma melhor distribuição do cronograma do levantamento de necessidades, estudos preliminares, contratação e execução das despesas em tela.

Análise da equipe:

Cumpra repisar que as ações contempladas no cálculo do IEOD (Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado) no exercício de 2018, tem como meta de execução orçamentária o percentual de 68,54% da despesa liquidada. Nesta análise, acompanhou-se a dinamicidade do calendário e, considerando o período de janeiro a agosto/2018, a execução ideal seria correspondente a 45,69% ($= (68,54\% * 8) / 12$).

Na auditoria realizada, verificou-se que os planos orçamentários alcançados pelo IEOD: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho: Despesas Diversas (PO: 0000), Capacitação de Recursos Humanos (PO: 0002), Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (PO: 0005) apresentaram atrasos pontuais na execução orçamentária.

De acordo com as informações coletadas por esta Seção no SIAFI, atualizadas até agosto de 2018, percebeu-se o incremento no percentual de realização da "despesa empenhada", contudo, os índices de realização da "despesa liquidada" permaneceram abaixo do percentual estimado, conforme detalhado no quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



Quadro 13: Despesa realizada IEOD das ações com execução atrasada

Descrição da Ação/Plano Orçamentário		Dotação Autorizada R\$ (a)	Empenhado R\$ (b)	Liquidado R\$ (c)	% (b/a)	% (c/a)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	PO: 0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas	30.598.579,00	22.908.764,17	11.318.896,58	74,87	36,99
	PO: 0002 – Capacitação de Recursos Humanos	910.013,00	698.411,35	391.176,11	76,75	42,99
	PO: 0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	583.344,00	333.892,04	244.632,94	57,24	41,94

Fonte: SIAFI (até agosto/18)

Os gestores responsáveis ofereceram as justificativas de estilo objetivando esclarecer os índices inferiores ao percentual ótimo de execução orçamentária apontados na constatação.

A Divisão Executiva da Escola Judicial aduziu em relação aos planos orçamentários “PO: 0002 – Capacitação de Recursos Humanos” e “PO: 0005 – Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho”, que a baixa execução se deveu a alguns adiamentos da programação regular do primeiro semestre de 2018, contudo, destacou que não haverá impacto na execução anual em razão das inúmeras atividades planejadas para o segundo semestre de 2018, em especial a Semana de Formação Continuada de Magistrados, que será realizada de 21 a 23 de novembro de 2018, comprometendo-se, portanto, a executar o orçamento disponibilizado até o final do exercício.

Por sua vez, o Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças esclareceu que as despesas compreendidas na ação orçamentária "Apreciação de causas - despesas diversas" se submetem ao processo licitatório, por regra, o que dificulta sua execução ao longo do exercício de forma estritamente linear.

Explanou, ainda, que “a ausência de um plano anual de contratações de bens e serviços, previsto na Resolução TRT7 nº 200/2014, e já recomendado pela SCI (O.S. nº 13/2017) prejudica sobremaneira uma melhor distribuição do cronograma do levantamento de necessidades, estudos preliminares, contratação e execução das despesas.”

Conforme demonstrado na tabela supra, verificou-se que o índice de liquidação do plano orçamentário acima referenciado foi de 36,99% dos recursos autorizados, correspondente a 8,7 pontos percentuais inferior à execução orçamentária projetada para o período (45,69%). A título ilustrativo, impende informar que nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 o referido plano apresentou percentual de liquidação de 76,59%, 83,28% e 80,82%, respectivamente.

Considerando a manifestação da DOF, pode-se concluir pela pertinência do nexo causal entre os fatores apontados e o resultado alcançado pela administração, requestando da administração, entretanto, a implementação de ações com o fito de mitigar o atraso na execução e/ou inexecução orçamentária parcial dos recursos disponibilizados ao TRT 7ª Região, reforçando a recomendação exarada por esta Secretaria (OS SCI.SCGAP nº 13/2017, Proad nº 5.027/2017), quanto à necessidade de elaboração do Plano de Contratação de Bens e Serviços.

No que tange ao plano orçamentário “Programa Trabalho Seguro”, não alcançado pelo IEOD, observou-se que o índice de liquidação da despesa restou superior quando comparado com o



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



percentual ideal de execução (66,67%, fração de 8/12, correspondente ao período de janeiro a agosto/2018), consoante demonstrado a seguir:

Quadro 14: Despesa realizada - Descentralização interna da ação com execução atrasada

Descrição da Ação/Plano Orçamentário		Dotação Autorizada R\$ (a)	Empenhado R\$ (b)	Liquidado R\$ (c)	% (b/a)	% (c/a)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	PO: 0006 – Trabalho Seguro	24.000,00	24.000,00	18.142,75	100	75,59

Fonte: SIAFI (até agosto/2018)

Destarte, compreendeu-se que eventuais antecipações podem ocorrer em razão de circunstâncias específicas na gestão do programa, acolhendo-se a justificativa apresentada.

Não houve manifestação das Unidades Auditadas sobre o volume de recursos alocados com os itens do Quadro 11 “Vigilância Ostensiva”, “Energia Elétrica” e “Estagiários”. Não apenas essas despesas, mas a quase totalidade dos itens constantes desse quadro (mais de 85%) correspondem a despesas continuadas, que consomem maciça parcela da Ação *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho do Estado do Ceará - Despesas Diversas*.

Nessa ação, em 2018, observou-se incremento de recursos disponibilizados na ordem de 9,92% em relação aos valores de 2017 (v. Quadro 2), e de 46,55% em relação ao exercício de 2016, o que não se repetirá, entretanto, em 2019.

III. CONCLUSÃO

Concluídos os trabalhos de auditoria, na extensão definida no escopo, os achados inseridos na folha de constatação e levados ao conhecimento da unidade auditada foram devidamente respondidos com justificativas objetivas para os desvios pontuais relatados, evidenciando-se que, no geral, a execução orçamentária está sendo realizada satisfatoriamente sob o aspecto quantitativo, contudo, recomenda-se que a administração envide esforços para elevar o percentual de liquidação da despesa pública, mormente do plano orçamentário “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas”, em sintonia com o volume de recursos empenhados, durante o exercício de competência, com a conseqüente redução no volume de recursos inscritos em restos a pagar.

Preocupa o volume corrente dos itens do Quadro 11 “Vigilância Ostensiva”, “Energia Elétrica” e “Estagiários” e demais contratos de despesas continuadas; impende destacar a importância do redimensionamento dos contratos continuados, ante o novo Regime Fiscal (com a sabida redução do orçamento da Justiça do Trabalho para os próximos exercícios, até 2022), de modo a preparar o TRT7 para o cenário que se avizinha.

Buscando explicitar a perspectiva da variação para o orçamento de 2019, vejamos o quadro a seguir:



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF



Quadro 15 - Relatório Consolidado de Atividades da Proposta Orçamentária para 2019

(R\$)

CÓDIGO DA AÇÃO	ATIVIDADE	LOA EXERCÍCIO ATUAL	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO				
			GND 3	GND 4	TOTAL	Variação	Meta Física
4224	0000-Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	1.284.000,00	1.692.588,00	0,00	1.692.588,00	31,82%	2500
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Ceará	3.992.490,00	4.019.364,00	0,00	4.019.364,00	0,67%	-
	AMMM-Ajuda de custo para moradia a magistrados e membros do Ministério Público - ativos	3.992.490,00	3.992.490,00	0,00	3.992.490,00	0%	76
	AMOA-Auxílio-moradia para outros agentes públicos - ativos	-	26.874,00	0,00	26.874,00	-	2
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará	33.722.635,00	25.653.016,00	1.358.118,00	27.011.134,00	-19,90%	-
	0000-Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas	30.598.579,00	23.345.979,00	500.000,00	23.845.979,00	-22,07%	87294
	0001-Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de Tecnologia da Informação	1.630.699,00	1.507.037,00	858.118,00	2.365.155,00	45,04%	1
	0002-Capacitação de Recursos Humanos	910.013,00	500.000,00	0,00	500.000,00	-45,06%	650
	0005-Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	583.344,00	300.000,00	0,00	300.000,00	-48,57%	70
219I	0000-Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	-	250.000,00	0,00	250.000,00	-	975
SOMA QUADRO ATIVIDADES		38.999.125,00	31.614.968,00	1.358.118,00	32.973.086,00	-15,45%	-

Fonte: SIGEO-JT

Conforme se vê no quadro, a perspectiva é de redução de 22,07% em *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho do Estado do Ceará - Despesas Diversas*, o que ressalta a conveniência da atuação precisa, já no corrente exercício, para garantir a economia necessária, em especial em contratos continuados, para os exercícios subsequentes.

Repisa-se, ainda, a recomendação já exarada por essa Secretaria no Proad nº 5.027/2017 (OS SCI.SCGAP nº 13/2017), quanto à necessidade de elaboração do Plano de Contratação de Bens e Serviços, o que contribuirá para a melhor execução do orçamento em sintonia com o atendimento às necessidades do órgão.



**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SCI
SEÇÃO DE CONTROLE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA – SCGOF**



Alfim, verificou-se, na análise realizada, o atendimento à legislação pertinente, sobretudo no que concerne à conformidade da destinação dos créditos orçamentários em confronto com a origem desses recursos fixada na LOA e nos atos autorizativos de créditos suplementares.

Responsáveis pela Elaboração:

Milton Murta Maia Neto
Analista Judiciário-Área Administrativa

Maura Cristina Brasil Correia Marinho
Coordenadora de Serviço da SCGOF

Data: 25/9/2018

Responsável pela Coordenação:

Maura Cristina Brasil Correia Marinho
Coordenadora de Serviço da SCGOF

Data: 25/9/2018

Aprovação:

Ana Paula Borges de Araújo Zaupa
Secretária de Controle Interno

Data: 28/9/2018